

Crise não afeta expansão da classe média

(Não Assinado)

RENDA

Estudo da FGV aponta que classe C cresceu 2,5% em um ano, principalmente pela ascensão de pessoas mais pobres

Rio de Janeiro - A crise econômica atingiu principalmente a população de maior renda, e não interrompeu o processo de expansão da classe média brasileira. A constatação é de um estudo feito pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que comparou dados de julho de 2008 e julho de 2009 da Pesquisa Mensal do Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o estudo, a virada econômica dificultou o acesso e a permanência nas classes mais altas (A e B), mas, por outro lado, os mais pobres (D e E) mantiveram a mobilidade em direção à classe C.

A classe C (renda domiciliar entre R\$ 1.115 e R\$ 4.807) cresceu 2,5% no período avaliado, principalmente pela ascensão de pessoas das classes mais baixas. Com isso, em julho passado 53,2% de toda a população brasileira pertencia à classe C. Em janeiro, a classe média parecia entrar em processo de encolhimento, depois de ter chegado a representar 53,81% do total da população em dezembro. No primeiro mês deste ano, essa proporção encolheu para 52,64%, mas, a partir de então, retomou a expansão.

Pobres querem, mas não têm seguro

Existe uma demanda reprimida por seguros no Brasil, mas é preciso desenvolver tecnologias que permitam ao trabalhador mais pobre e do setor informal – os que mais precisam se precaver das oscilações do mercado de trabalho – ter acesso a esses produtos. Hoje, cerca de 17% dos brasileiros têm algum tipo de apólice de seguro privado – de saúde, carro, vida ou residência –, mas a grande maioria deles está nas classes de maior renda, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas. “O microsseguro pode representar para a economia o que o microcrédito foi nos últimos 20 anos”, disse o economista Marcelo Neri.

Índice de Gini

Desigualdade tem pequeno crescimento

O índice de Gini subiu 0,3% em julho de 2009 em relação a igual mês de 2008, o que indica que a distribuição de renda no Brasil piorou nesse período. Foi a primeira alta anual desse indicador, em um mês de julho, desde 2001, segundo o estudo divulgado ontem pela FGV. Apesar disso, a situação melhorou recentemente, tanto que o aumento da desigualdade em 12 meses foi considerado pequeno – “um empate” – pelo coordenador do estudo, Marcelo Neri.

A série histórica mostra que, de 2003 a 2008, a pobreza e a desigualdade caíram de forma praticamente constante. Esse movimento de melhoria foi interrompido em janeiro deste ano, quando os efeitos da crise começaram a ser percebidos com mais força nas regiões metropolitanas brasileiras. A piora verificada nos quatro primeiros meses do ano, no entanto, foi compensada pela melhoria nos dados de maio, junho e julho. Com isso, os indicadores de desigualdade e pobreza voltaram praticamente aos patamares de meados de 2008.

“O que houve foi um empate, o que não é ruim em tempos de crise. Mas a questão agora é o que vai acontecer no futuro: voltaremos a melhorar com a pujança de antes ou ficaremos estagnados nessa situação atual?”, indagou o economista.

O conjunto das classes A e B (renda superior a R\$ 4.807) recuou 0,5%, e passou a representar 14,97% da população brasileira. A classe D (renda entre R\$ 804 e R\$ 1.115) diminuiu 4,1% em relação a julho do ano passado, significando 13,51% dos brasileiros, ao passo que a classe E (renda inferior a R\$ 804) apresentou recuo de 3,3% em um ano, passando a representar 18,32% da população.

“No período pré-crise, em cinco anos, houve um crescimento da classe AB de 35%, e da classe C de 23%. No pós-crise, a boa notícia é que houve algumas perdas iniciais que já foram recuperadas. Hoje, a classe AB está 0,5% abaixo de um ano atrás, e a classe C está 2,5% acima. Ou seja, a crise não afetou o bolso do brasileiro comum”, avaliou o coordenador do estudo, Marcelo Neri. Ele observou que, entre 2003 e 2008, 27 milhões de pessoas – “meia França”, salientou – foram incorporadas ao conjunto das classes A, B e C, e 24 milhões deixaram a pobreza.

Periferias

O estudo também revelou que as chamadas periferias mantiveram um bom ritmo de atividade econômica durante a crise, e foram menos afetadas que os grandes centros urbanos. Segundo Neri, o fato de esses lugares estarem menos ligados a fatores externos – são menos dependentes das exportações e desconectados da influências dos mercados financeiros – contribuiu para o bom desempenho. Além disso, as periferias se beneficiaram da renda da população mais pobre, que continuou movimentando o comércio e os serviços, segundo o especialista. “O mercado interno foi um verdadeiro Pelé contra a crise.”